

Vamos esperar que o bom senso prevaleça

Numa prova evidente de que está completamente alheio ao caráter explosivo assumido pelo problema da dívida externa brasileira, após a irresponsável moratória unilateral do ex-ministro Dilsen Funaro, e aos acenos de boa vontade que nos têm sido enviados do Exterior como o do relatório favorável (apesar de todas as evidências que recomendam que não fosse tão favorável) que o FMI fez do seu plano econômico e de controle da inflação, o presidente Sarney "irritou-se" com as ácidas críticas da imprensa estrangeira a seu governo e, assumindo ares de radical, advertiu os credores de que eles terão de ceder, pois do contrário não haverá acordo algum. O Brasil, disse ele, vai negociar, mas sem precipitações, e não vai efetuar nenhum pagamento simbólico...

Dizer coisas como estas e no tom em que foram ditas no momento em que o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, e o ministro Bresser Pereira se preparam — nas palavras da imprensa norte-americana — "para desarmar uma bomba prestes a estourar", revela, mais uma vez, um grau de insensibilidade imperdoável para um chefe de Estado. O presidente Sarney só faz confirmar as opiniões daqueles que o consideram despreparado para as elevadas funções do cargo, dada a sua irresistível vocação para as questões mais miúdas da política partidária como a que se revela com a sua eterna — e exclusiva — preocupação com o próprio mandato.

É mais um abacaxi duro de descascar para o ministro da Fazenda, que além de tentar desmanchar a péssima impressão criada junto aos credores privados e oficiais pelo documento "A reestruturação da dívida externa brasileira: as posições do PMDB e a atual fase de negociação" emitido recentemente pela Fundação Pedroso Horta — a "cabeça pensante econômica do PMDB" — precisa agora provar ao mundo que o presidente da República não está querendo prolongar a moratória, como pretendem os autores do citado documento; nem impedir o reinício do pagamento, ainda que simbólico, dos juros ou sabotar as iniciativas de conversão da dívida em capital de risco.

Em poucas palavras, retomando, na última quarta-feira, o seu estilo objetivo, o ministro Bresser Pereira não só tentou desfazer as dúvidas criadas pelo intempestivo pronunciamento presidencial, como também disparou um certo Exocet sobre o núcleo das idéias defendidas no documento da citada fundação. A proposta brasileira — disse ele — não "violenta" os bancos credores e nem lhes causará prejuízos. Ela será oposta ao objetivo dos radicais, que querem que o Brasil rompa com os Estados Unidos e com o sistema financeiro internacional."

Sem deixar dúvidas, o ministro da Fazenda afirmou que a proposta do País foi inspirada pelo desejo de reintegração ao sistema financeiro internacional, imprescindível para "garantir taxas adequadas de crescimento interno".

É com grande alívio e alguma esperança que registramos este retorno do ministro Bresser Pereira a um discurso realista e equilibrado, que mostra que pelo menos alguém dentro deste governo está compreendendo a gravidade da nossa situação e o que realmente está em jogo nesta etapa de negociações que se inicia. Ao condicionar a possibilidade de "garantir taxas adequadas de crescimento interno", ao restabelecimento de relações normais com a comunidade financeira internacional, o ministro Bresser Pereira não só está dando uma demonstração conclusiva de que está plenamente consciente de que há muito mais em jogo nestas negociações do que abstrações como a "soberania nacional" ou do que a necessidade de "salvar a face" de políticos irresponsáveis que costumam "bancar" paradas que não têm condições de sustentar, a não ser com um "cacife" de que ninguém tem o direito de dispor — a fome do povo brasileiro —, como também está fazendo uma corajosa advertência aos que, dentro do "maior partido do Ocidente", insistem em continuar este jogo irresponsável. Está dando mostras, enfim, de que compreende as desesperadas mensagens passadas nas últimas semanas pelos favelados do Rio de Janeiro: a nossa aflitiva situação social simplesmente não comporta soluções pela metade e nem bravatas que ponham em risco a nossa capacidade de crescer e de criar empregos rapidamente, para evitar o pior.

o ministro, contudo, ainda não os assumiu todos os riscos que, pelo que disse acima, sua consciência lhe tem pedido que assumia, o que é compreensível, dado o terreno pantanoso em que se move. Ainda se sente obrigado a fazer concessões ao público interno do seu partido, insistindo na tese de que um acordo com o FMI — coisa que ele "tem a intenção de fazer" — somente deverá ser assinado pelo Brasil depois de um acordo com os bancos comerciais. Sem dúvida, não se pode esperar — dada a qualidade das "cabeças pensantes econômicas" do PMDB — que o ministro possa passar impunemente por cima de todas as exigências e determinações que delas emanam. Não obstante, é inteiramente supérfluo ele repetir frases como a que já tem dito tantas vezes nas últimas semanas e repetiu anteontem: "Está provado que nenhum dos países que assinaram acordos com o FMI (México, Argentina e Filipinas) receberam benefícios (grifo nosso) por isso". Em primeiro lugar, o ministro está ciente de que os países do Clube de Paris estabeleceram como condição para renegociar débitos vencidos e a vencer ainda neste segundo semestre a formalização de um acordo stand by com o FMI e o avanço nas negociações com os bancos comerciais. Só com isso haveria dinheiro novo. Mas se isso não pode, aos olhos do ministro, ser considerado um benefício, pode-se citar o fato de que, graças aos acordos assinados com o FMI, estes países têm obtido taxas de spread duas vezes menores que as que têm sido pagas pelo Brasil (0,85% contra 1,5%), além de prazos de pagamento maiores em suas transações. E se ainda isso não é benefício suficiente, pode-se lembrar que o acordo com o FMI é o primeiro passo para deixarmos de sofrer os malefícios da manutenção da desastrosa moratória do sr. Funaro, que se traduzem no encurtamento dos créditos para exportação e importação, em taxas mais altas e em prazos mais curtos para todos os tipos de financiamento externo e na multiplicação das condições para que eles sejam mantidos, exigências que nem a poderosa Petrobrás está mais conseguindo contornar. Isso para não falarmos nos malefícios adicionais que certamente adviriam da continuação deste estado de coisas...

Mas deixemos as afirmações deste tipo por conta das satisfações que ele ainda é obrigado a dar ao seu público interno, e vamos aguardar ansiosamente que os fatos o confirmem...

Outra notícia auspiciosa é a de que o ministro está levando uma proposta inicial para negociar com os bancos credores a substituição de metade da dívida de US\$ 70 bilhões por investimentos de risco, com um deságio de 30% no momento da emissão. Não cabe, no momento, examinar o mérito da proposta nem as suas possibilidades de ser aceita. Mas o simples fato de o ministro levar uma proposta desse tipo revela que, ao contrário dos radicais da Fundação Pedroso Horta, ele está consciente de que a era do financiamento do desenvolvimento com empréstimos bancários definitivamente acabou, de que o novo caminho é o dos investimentos voluntários e de que é preciso começar o quanto antes a preparar o País para esta nova era.

A nota pessimista, portanto, continua, como sempre, por conta do sr. José Sarney, que, cada dia mais, parece não enxergar nada senão o seu mandato, a ponto de perder todas as referências razoáveis. Pensa poder garanti-lo com concessões aos que querem vedar-lhe a única hipótese real de garanti-lo — que é esta da viabilização da economia brasileira que o ministro Bresser Pereira revelou saber exatamente a que está condicionada — ou apoiando-se exclusivamente nos militares.

Vamos esperar que o bom senso prevaleça.